

Universidade de São Paulo

Resolução USP-5.546, de 15-5-2009
<i>Baixa o Regimento do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas</i>

A Reitora da Universidade de São Paulo, com fundamento no artigo 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em 12-5-2009, baixa a seguinte resolução:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas - NUPPs, anexo à presente Resolução.

Artigo 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação. (Processo 05.1.26648.1.2).

REGIMENTO DO NÚCLEO DE PESQUISA DE POLITICAS PÚBLICAS (NUPPs)

Artigo 1º - O Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas (NUPPs) da Universidade de São Paulo, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e instalado na Rua do Anfiteatro, 181 - Colméia, favos 9 e 21 - Cidade Universitária - SP - SP, destina-se ao desenvolvimento de programas de pesquisa das políticas públicas sob o ângulo da relação entre governança democrática, cidadania e desigualdades. Na fase atual, o NUPPs prioriza o estudo das políticas sociais, a exemplo das políticas educacionais e dos programas de transferência de renda, assim como a questão da desconfiança dos cidadãos de instituições democráticas. Além destas, no âmbito das políticas de Estado, o Núcleo desenvolve também pesquisas nas áreas de reformas econômicas, segurança e criminalidade, efeitos domésticos da política externa brasileira e a participação cidadã em processos de tomada de decisões públicas.

§ 1º - Para cumprimento do programa proposto, os projetos deverão ser aprovados pelo Conselho de Pesquisa.

§ 2º - O Núcleo de Pesquisa passará a ter existência mediante a aprovação de projetos específicos pela Pró-Reitoria de Pesquisa.

Artigo 2º - O Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas terá a duração de 05 (cinco) anos.

Artigo 3º - O Núcleo de Pesquisa de Política Públicas apresentará relatórios bienal e a cada 5 (cinco) anos ao Conselho de Pesquisa, podendo a sua existência ser prorrogada além do prazo estipulado no artigo 2º em função de desempenho satisfatório, avaliado segundo disposto nos artigos 60 e 61 do Regimento Geral.

§ 1º - A proposta de prorrogação, fundamentada com projetos concretos de desenvolvimento, deve ser apresentada ao Conselho de Pesquisa antes do término do prazo indicado no artigo 2º.

§ 2º - Se nenhuma proposta de prorrogação for apresentada na forma do parágrafo anterior o Núcleo será considerado extinto por decurso de prazo.

Artigo 4º - São membros do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas aqueles diretamente envolvidos na execução dos projetos aprovados pelo Conselho de Pesquisa e cujos nomes constarão de relação aprovada pela Pró-Reitoria de Pesquisa.

§ 1º - A participação no Núcleo depende de prévia aprovação do Conselho Deliberativo.

§ 2º - A vinculação dos membros ao Núcleo cessará com a conclusão do programa ou do projeto pelo qual respondem.

Artigo 5º - São órgãos de administração do Núcleo:

I - Conselho Deliberativo;

II - Coordenadoria Científica.

Artigo 6º - O Conselho Deliberativo é constituído pelo Diretor Científico, seu presidente, e por cinco membros do Núcleo.

§ 1º - O Diretor Científico será eleito dentre os membros do Núcleo para um mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução.

§ 2º - Os demais componentes do Conselho Deliberativo serão eleitos pelos membros do Núcleo e, quando docentes em atividades na USP, nomeados pelo Pró-Reitor de Pesquisa.

Artigo 7º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - supervisionar o cumprimento do programa;

II - gerir financeiramente o Núcleo;

III - decidir sobre a incorporação de projetos;

IV - decidir sobre a incorporação ou o desligamento de membros;

V - aprovar os relatórios científicos do Núcleo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo se reunirá anualmente ou sempre que convocado pelo Diretor Científico ou pela maioria de seus membros.

§ 2º - O Conselho Deliberativo somente poderá funcionar com a presença de mais da metade de seus membros, salvo em casos de terceira convocação.

§ 3º - Cabe ao Conselho Deliberativo a prestação de contas do Núcleo a quem de direito, responsabilizando-se seus integrantes pelas eventuais dívidas do Núcleo.

Artigo 8º - Compete ao Diretor Científico:

I - dar cumprimento às determinações do Conselho Deliberativo;

II - representar o Núcleo perante os órgãos superiores da Universidade;

III - elaborar os relatórios científicos e encaminhá-los, após aprovação pelo Conselho Deliberativo, ao Pró-Reitor de Pesquisa.

Artigo 9º - Os relatórios científicos deverão ser apresentados ao Pró-Reitor de Pesquisa bianalmente, findos 5 (cinco) anos ou sempre que solicitados.

Artigo 10º - Para desenvolvimento dos projetos o Núcleo obterá recursos externos à Universidade.

§ 1º - Quando os recursos forem obtidos em agências financiadoras por meio de iniciativa individual de um membro do grupo ou de seu Diretor, a prestação de contas será feita entre o beneficiário e a agência.

§ 2º - Quando os recursos forem obtidos mediante convênio que envolva a aprovação da Reitoria ou de Órgãos Colegiados superiores, a prestação de contas, que coincidirá com o ano fiscal, será encaminhada à Pró-Reitoria de Pesquisa pelo Diretor do Núcleo.

§ 3º - Quando os recursos forem obtidos através de doações de entidades privadas ou pessoas físicas, o Núcleo deverá contabilizá-los da forma que for indicada pelo Reitor.

§ 4º - O Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas não se constituirá em Unidade de despesa do orçamento da USP.

Artigo 11 - As despesas de manutenção do Núcleo são de sua responsabilidade, respondendo subsidiariamente a Pró-Reitoria de Pesquisa.

Artigo 12 - Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse, o Núcleo poderá solicitar aos órgãos superiores da Universidade, por prazo limitado e especificação precisa dos serviços a serem executados, a contratação de pesquisador para desenvolvimento de um projeto.

Parágrafo único - As verbas destinadas ao pagamento do contratado deverão advir de recursos captados externamente.

Artigo 13 - Os serviços técnico-administrativos necessários ao funcionamento do Núcleo serão prestados, exclusivamente, por servidores da Universidade lotados na Pró-Reitoria de Pesquisa, mediante autorização do órgão competente.

Parágrafo único - Na hipótese de desativação do Núcleo ou de requisição do órgão competente, os servidores retornarão às funções de origem.

Artigo 14 - Os trabalhos gerados por autores do Núcleo terão, obrigatoriamente, que mencionar o Departamento e a Unidade aos quais pertencem.

Parágrafo único - Os docentes em atividades na Universidade de São Paulo, membros do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas, obedecerão ao disposto na Resolução 3533, de 22 de junho de 1989, modificada pelas Resoluções 4542/98, 4543/98 e 4621/98, no que se refere às suas obrigações para com o Departamento e a Unidade, particularmente quanto aos artigos 15, 16 e 17 dessa resolução.

Artigo 15 - Em caso de extinção do Núcleo a destinação dos bens adquiridos será decidida pelo Conselho Deliberativo, para alocação nas unidades envolvidas: Pró-Reitoria de Pesquisa ou Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Parágrafo unico - Não havendo consenso quanto à destinação dos bens, a matéria será decidida pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (art. 61, parágrafo único do RG).

Artigo 16 - É vedada a auto-atribuição de estípendios, salários, complementações salariais, comissões e bonificações aos membros do Núcleo sem prejuízo da aplicação de dispositivos legais que regem a matéria no âmbito da Universidade.

Artigo 17 - Os membros do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas que estejam aposentados da Universidade de São Paulo, somente poderão participar de colegiados da Universidade revestidos de natureza assessora, sem funções deliberativas executivo-decisórias.

Artigo 18 - O Núcleo poderá ter suas atividades encerradas por ato do Reitor, nas seguintes circunstâncias:

I - conclusão de seu programa de trabalho;

II - solicitação do próprio Núcleo de Apoio à Pesquisa encaminhada à Pró-Reitoria de Pesquisa;

III - decisão do Conselho Universitário, subsidiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa, em função de desempenho insatisfatório do Núcleo de Apoio à Pesquisa.

Resolução USP-5.547, de 15-5-2009
<i>Altera dispositivos do Regimento da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto</i>

A Reitora da Universidade de São Paulo, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em 12-5-2009, baixa a seguinte resolução:

Artigo 1º - O inciso I do artigo 1º do Regimento da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, baixado pela Resolução 4050, de 22-11-1993 e alterado pela Resolução 5536, de 15-4-2009, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 1º - ...

I - ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino das Ciências Farmacêuticas, em nível de Graduação e de Pós-Graduação, objetivando a formação de profissionais aptos ao exercício da profissão, com valores éticos, críticos, reflexivos e humanistas, comprometidos e integrados com a sociedade e a cidadania; (NR)”

Artigo 2º - O artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 5º - A Congregação terá a seguinte composição:

I - o Diretor, seu Presidente;

II - o Vice-Diretor;

III - o Presidente da Comissão de Graduação;

IV - o Presidente da Comissão de Pós-Graduação;

V - o Presidente da Comissão de Pesquisa;

VI - o Presidente da Comissão de Cultura e Extensão Universitária;

VII - os Chefes dos Departamentos;

VIII - a Representação Docente;

IX - a Representação Discente;

X - a Representação dos Servidores Não-Docentes;

XI - suprimido.

§ 1º - A representação docente referida no inciso VIII será constituída da seguinte forma:

I - todos os Professores Titulares da Unidade;

II - para efeito de composição do Colegiado, não serão computados, no inciso anterior, os Professores Titulares que desempenham funções diretivas, chefia de Departamento e Presidência das Comissões aludidas nos incisos I a VII;

III - pelos Professores Associados, Professores Doutores, Assistentes e Auxiliares de Ensino, em concordância com o disposto no § 1º do art. 45 do Estatuto, no que couber.

§ 2º - A representação discente referida no inciso IX, equivalente a dez por cento do número de membros docentes do Colegiado, distribuídos proporcionalmente entre estudantes de Graduação e Pós-Graduação da Unidade, será eleita pelos seus pares, assegurado o mínimo de um representante de Graduação e um de Pós-Graduação.

§ 3º - A representação dos servidores não-docentes mencionados no inciso X, equivalente a cinco por cento do número de membros docentes do Colegiado, será limitada ao máximo de três representantes.

§ 4º - O mandato dos membros da Congregação obedecerá ao disposto no § 8º do art. 45 do Estatuto.”

Artigo 3º - O § 1º do artigo 6º passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 6º - ...

§ 1º - A Congregação reunir-se-á ordinariamente no período letivo pelo menos a cada dois meses, obedecendo a um calendário pré-estabelecido. (NR)”

Artigo 4º - O art. 8º fica acrescido do parágrafo 3º, com a seguinte redação:

“Artigo 8º - ...

§ 3º - O disposto no parágrafo 2º não se aplica quando se tratar de matérias para as quais quorum especial é exigido.”

Artigo 5º - O art. 9º fica acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

“Artigo 9º - ...

Parágrafo único - Na composição das Comissões deverá ser respeitado o disposto nos Artigos 17, 20, 22 e 24 deste Regimento.”

Artigo 6º - O inciso I e os parágrafos 1º e 4º do art. 17 passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 17 - ...

I - seis docentes em efetivo exercício e portadores, no mínimo, do título de Doutor, pertencentes à respectiva Unidade, eleitos pela Congregação, ouvidos os Conselhos de Departamento com mandato de três anos, permitida a recondução e renovando-se a representação anualmente, pelo terço; (NR) ...

§ 1º - A representação docente referida no inciso I será composta de dois membros de cada Departamento. (NR) ...

§ 4º - O mandato do presidente e de seu suplente será de dois anos, permitida a recondução. (NR)”

Artigo 7º - Fica suprimido o art. 19.

“Artigo 19 - suprimido.”

Artigo 8º - O parágrafo 5º do art. 20 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 20 - ...

§ 5º - O presidente e seu suplente serão eleitos pelos membros da Comissão, obedecendo ao disposto no Art. 34 do Regimento da Pós-Graduação da USP, com mandato de dois anos, permitida a recondução. (NR)”

Artigo 9º - O inciso I e os parágrafos 1º e 5º do art. 22 passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 22 - ...

I - seis docentes em efetivo exercício e portadores, no mínimo, do título de Doutor, eleitos pela Congregação, ouvidos os Conselhos de Departamento, com mandato de três anos, permitidas a recondução e renovando-se a representação, anualmente, pelo terço; (NR) ...

§ 1º - A representação docente referida no inciso I será composta de dois membros de cada Departamento. (NR) ...

§ 5º - O mandato do Presidente e de seu suplente será de dois anos, permitida a recondução. (NR)”

Artigo 10 - O art. 23 fica acrescido de um parágrafo único, com a seguinte redação:

“Artigo 23 - ...

Parágrafo único - Os programas de pós-doutoramento serão oferecidos por proposta dos Departamentos e aprovação da Comissão de Pesquisa.”

Artigo 11 - O inciso I e os parágrafos 1º e 4º do art. 24 passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 24 - ...

I - seis docentes em efetivo exercício e portadores, no mínimo, do título de Doutor, eleitos pela Congregação, ouvidos os Conselhos de Departamento, com mandato de três anos, permitida a recondução e renovando-se a representação, anualmente, pelo terço; (NR) ...

§ 1º - A representação docente referida no inciso I será composta de dois membros de cada Departamento. (NR) ...

§ 4º - O mandato do presidente e de seu suplente será de dois anos, permitida a recondução. (NR)”

Artigo 12 - O art. 25 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 25 - A competência da Comissão de Cultura e Extensão Universitária é a definida no art. 1º da Resolução CoCEx 5.006, de 25-3-2003 ou outras que venham a ser expedidas. (NR)”

Artigo 13 - O art. 37 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 37 - A Comissão de Graduação poderá funcionar como Comissão de Coordenação do Curso, conforme o estabelecido no parágrafo único do art. 1º da Resolução CoG-5.500, de 13-1-2009, ou outras que venham a ser expedidas.”

Artigo 14 - Fica suprimido o parágrafo único do art. 38.

“Artigo 38 - ...

Parágrafo único - suprimido.”

Artigo 15 - O art. 39 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 39 - O candidato ao título de Mestre ou de Doutor deverá escolher um orientador, mediante prévia aquiescência deste, de uma relação organizada anualmente pela CCP. (NR)”

Artigo 16 - O art. 40 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 40 - Os alunos ingressantes podem permanecer sob a orientação acadêmica do coordenador do Programa.

Parágrafo único - Este tipo de orientação deverá ser limitada ao prazo máximo de cento e oitenta dias.”

Artigo 17 - O art. 41 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 41 - Além do orientador, o aluno de Mestrado interunidades e/ou de Doutorado poderá ter um co-orientador nos termos do art. 87 do RPG.

Parágrafo único - suprimido.”

Artigo 18 - O art. 42 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 42 - A Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto poderá ministrar cursos de extensão universitária, conforme as modalidades estabelecidas nos arts. 118, 119 e 120 do Regimento Geral.

§ 1º - As propostas para cursos de difusão, atualização, aperfeiçoamento e especialização deverão ser encaminhadas à Comissão de Cultura e Extensão Universitária da Unidade.

§ 2º - suprimido.”

Artigo 19 - O art. 49 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 49 - As provas para o concurso referido no artigo anterior constam de:

I - julgamento do memorial, com prova pública de arguição;

II - prova didática;

III - prova escrita ou prática.

§ 1º - As provas referidas nos incisos I e II serão realizadas conforme o disposto nos arts. 136 e 137 do Regimento Geral.

§ 2º - A prova escrita referida no inciso III, será realizada observando-se o disposto no art. 139 do Regimento Geral.

§ 3º - suprimido.

§ 4º - suprimido.

I - suprimido;

II - suprimido;

III - suprimido;

IV - suprimido;

V - suprimido;

VI - suprimido;

VII - suprimido.

§ 5º - O candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à Comissão Julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação.”

Artigo 20 - O inciso III do art. 50 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 50 - ...

III - prova escrita - três. (NR)”

Artigo 21 - O art. 56 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 56 - Durante a prova de erudição o candidato poderá valer-se dos recursos audiovisuais disponíveis, que julgar necessários. (NR)”

Artigo 22 - Fica suprimido o art. 58:

“Artigo 58 - suprimido.”

Artigo 23 - Fica suprimido o art. 72:

“Artigo 72 - suprimido.”

Artigo 24 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. (Proc. 91.1.113.60.6).

Resolução USP-5.548, de 15-5-2009
<i>Baixa o Regimento do Instituto de Estudos Avançados</i>

A Reitora da Universidade de São Paulo, com fundamento no artigo 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em 12-5-2009, baixa a seguinte resolução:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento do Instituto de Estudos Avançados - IEA, anexo à presente Resolução.

Artigo 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Resoluções 4.095/94 e 4.956/2002. (Processo 86.1.43874.1.8).

REGIMENTO DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS

CAPITULO I

Da Instituição e suas Finalidades

Artigo 1º - Com sede no Campus de São Paulo, o Instituto de Estudos Avançados (IEA) é um instituto especializado da Universidade de São Paulo (USP) voltado para a integração da Universidade e a interação desta com outras instituições e com a sociedade em geral.

Artigo 2º - O IEA tem por objetivo pesquisar e discutir, de forma abrangente questões fundamentais das ciências (exatas, biológicas e humanas), da tecnologia, das artes e das demais áreas do conhecimento, estimulando a geração de novas idéias e contribuindo para a análise de questões sociais e a formulação de políticas públicas.

Artigo 3º - Ao IEA compete:

I - realizar pesquisas, projetos, seminários, conferências e atividades análogas, inclusive em colaboração com as Unidades e demais órgãos da USP e outras instituições nacionais ou estrangeiras;

II - disseminar junto à comunidade acadêmica e à sociedade em geral os resultados de seus estudos por meios impressos e eletrônicos;

III - administrar o seu patrimônio.

CAPITULO II

Da Estrutura

Artigo 4º - O IEA tem a seguinte estrutura:

I - Conselho Deliberativo;

II - Diretoria;

III - Pólos.

CAPITULO III

Do Conselho Deliberativo

Artigo 5º - O Conselho Deliberativo do IEA é composto pelos seguintes Conselheiros:

I - o Diretor;

II - o Vice-Diretor;

III - um docente da USP em atividade ou aposentado escolhido pelo Reitor;

IV - um docente da USP em atividade ou aposentado escolhido pelo Reitor a partir de lista triplíce definida pelo Conselho Deliberativo;

V - um docente da USP escolhido pelo Conselho Universitário;

VI - um membro vinculado ou não à USP escolhido pelo Conselho Deliberativo;

VII - o Coordenador de cada Pólo;

VIII - um representante da sociedade civil, sem vínculo de docência com a USP, designado pelo Reitor;

IX - um representante do corpo discente da USP regularmente matriculado em programa de pós-graduação, escolhido pelos membros discentes do Conselho Universitário.

§ 1º - O mandato dos Conselheiros referidos nos Incisos III a VI é de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º - O mandato dos Conselheiros referidos nos Incisos VIII e IX é de um ano, permitida uma recondução.

§ 3º - Cada Coordenador de Pólo integra o Conselho Deliberativo durante seu mandato como Coordenador.

§ 4º - No caso de vacância de qualquer dos Conselheiros previstos nos Incisos III a IX, a vaga é preenchida por novo Conselheiro com mandato integral, obedecido o disposto neste artigo.

§ 5º - Nos casos dos incisos III e IV, se o escolhido for docente aposentado, este deverá assinar Termo de Adesão e Permissão de Uso ou Termo de Colaboração e Permissão de Uso, devidamente atualizados e de acordo com as normas vigentes.